

COMPARANDO FORMAS DE SE “IMAGINAR” E “NARRAR” A NAÇÃO NAS AMÉRICAS: AS EXPERIÊNCIAS ARGENTINA, BRASILEIRA E NORTE-AMERICANA

Aluna: Talita Brito dos Santos
Orientador: Marco Antonio Villela Pamplona

Introdução

A Independência de 1822 significou a vitória de parte das elites luso-brasileiras sobre o sistema colonial de monopólios, privilégios e restrições comerciais. Entretanto, compostas por proprietários de terras e comerciantes, essas elites mantiveram suas estruturas tradicionais de produção, cuja base era o sistema da grande propriedade e do trabalho escravo; e, continuando a tradição colonial, mantiveram o catolicismo como religião oficial.

Uma vez consolidada a emancipação política, o Império se viu envolvido numa complicada situação diplomática com a Inglaterra, que pressionou-o pela assinatura de um tratado que estipulasse um prazo para extinção do tráfico negreiro. As negociações entre os governos das duas nações encontram sérios entraves, devido ao posicionamento definitivo de ambas: os políticos brasileiros repudiavam a ingerência inglesa em suas questões internas (que punham em xeque a própria soberania do novo Estado) e se recusaram a aceitar os termos propostos pela Inglaterra, numa clara resistência à supressão do tráfico. Os ingleses, por sua vez, adotaram uma ação cada vez mais repressiva, capturando embarcações brasileiras suspeitas de traficar escravos e exigindo tratados cujos termos foram se tornando progressivamente muito exigentes.[1]

Após extenso debate, tanto no âmbito interno quanto diplomático, na década de 1850 – com as leis Eusébio de Queirós e Nabuco de Araújo – o tráfico foi abolido. Tal ato configurou um duro golpe para as elites agrárias, dependentes da mão-de-obra escrava para suas lavouras em expansão. A insatisfação que se gerou a partir de então foi o início de um longo desgaste da relação entre esses latifundiários e o trono, e o enfraquecimento desse grupo tradicional, identificado à lavoura escravocrata, um dos pilares de sustentação da Monarquia, abalando assim, perigosamente, as bases já debilitadas nas quais se apoiava o Império.

Entretanto, findo o tráfico, não cessaram as novas discussões sobre a emancipação e a manutenção da escravidão[2]. Tornou-se freqüente a fuga de escravos e o movimento abolicionista, dados os últimos acontecimentos, ganhou mais expressão: surgiram os primeiros comícios em defesa da emancipação, atraindo simpatizantes entre e a classe média urbana e alguns membros da própria elite política. Paralelamente, a Coroa atribuiu ao Parlamento a responsabilidade de uma reforma servil. Sentindo a necessidade de reagir às pressões abolicionistas mais radicais – tanto as internas como as externas – buscou-se uma legislação gradualista que resultou, entre avanços e recuos, na Lei do Ventre-Livre (1871) e na Lei dos Sexagenários (1885): ficavam livres as crianças nascidas de mães escravas e os escravos com idade superior a sessenta e cinco anos, ainda que neste último caso, houvesse uma indenização parcial aos senhores. Uma outra medida significativa fora, nos anos da Guerra do Paraguai, o consentimento da alforria aos escravos que se juntaram ao Exército, mais do que necessitado em engrossar suas fileiras durante o conflito.

Os grandes proprietários reagiram a isso de maneira diversa, mas, por volta de 1880, a abolição já era considerada iminente. A escravidão tornara-se uma instituição desmoralizada,

e seus próprios defensores já a enxergavam como uma causa perdida: enfraquecia-se, portanto, a principal base de sustentação do regime imperial.

A crise do Império em fins do século XIX: uma breve análise

De fato, em 1888, com a assinatura da Lei Áurea, tornou-se comum dizer que a abolição provocou o fim do regime monárquico no Brasil. Porém, tal associação é, apenas parcialmente verdadeira. O fim da escravidão de fato significou um golpe final nas estruturas coloniais que o Império insistia em manter frente às novas condições surgidas após 1850.

Entretanto, tanto a abolição quanto o advento da República, em 1889, constituíram conseqüências diretas de um leque mais amplo de transformações econômicas e sociais ocorridas na segunda metade do século XIX, transformações essas que corroeram os sistemas tradicionais até a sua destruição final. Ao extinguir a escravidão e abalar as elites agrárias que lhe serviam de principal suporte, a Monarquia precipitou a sua queda.

Deter-me-ei, de agora em diante, a analisar alguma dessas transformações. Embora dividindo-as em tópicos, é importante ter em mente que muitas delas, senão todas, encontravam-se interligadas.

1) As “novas idéias”

A intelligentsia brasileira da segunda metade do século XIX mostrou grande interesse pelas idéias “vindas de fora”.

O cientificismo teve forte penetração em nossa elite intelectual, bem como a busca pela razão, único guia capaz de conduzir a nação ao progresso. Coube também, pelas interpretações dos nossos intelectuais, a difusão de um positivismo que, embora não seguisse ortodoxamente a filosofia de Comte, inseriu nos debates o evolucionismo e ampliou o cientificismo vigente.

Tal filosofia encontrou grande adesão[3]. Sua atração deveu-se ao fato de tentar explicar racionalmente todas as questões e inquietações do cotidiano. Norteados pela idéia de ordem e de progresso, os positivistas brasileiros imprimiam suas opiniões nas questões nacionais e muitos deles participaram ativamente nas lutas pela abolição e pela República. O cientificismo e o racionalismo positivistas ganharam espaço também nas escolas Politécnica e Militar, inculcando a simpatia, por parte das academias, às idéias republicanas.

O evolucionismo filosófico de Herbert Spencer também constituiu, juntamente com o positivismo, as bases do pensamento intelectual brasileiro de fins do século XIX, inserindo a idéia de um progresso constante da história.

Essas “idéias novas” serviram para se pensar o Brasil e, assim, encontrar os caminhos que poderiam levar a nação ao progresso e, conseqüentemente, fazê-la entrar no umbral da civilização. O regime imperial, ao ser associado ao atraso, passara a ser visto como um entrave para esse processo.

2) A Igreja Católica

Como se pode ver, a ciência ganhava fama como guia propulsora para o progresso. Através dela, tornou-se possível compreender positivamente a sociedade e o Estado. Buscava-se apoiar o método científico e legitimar suas críticas.

Em fins do século XIX, a sociedade não mais se destacava por uma atitude fortemente clerical. Nos meios mais ilustrados, seus ritos eram, por vezes, vistos com certa indiferença

até mesmo por quem professava a religião. Identificados com a liberdade de espírito, viam negativamente as atitudes, por vezes arbitrárias, dos clérigos.

“O Sr. Saldanha Marinho: - (...) Catholicos bem conhecidos têm sido forçados, pelas tropelias ecclesiasticas de que têm sido victimas, a procurarem na igreja protestante o meio de poderem fazer effectivos os seus casamentos.

Aqui mesmo, no Rio de Janeiro, á vista e face do governo, mais de um facto se tem dado dessa ordem. Ha vigarios que não admitem, que não celebram casamentos sob o fundamento de que um dos nubentes é maçõn. Estamos, pois, em materia a mais melindrosa e a mais importante da vida civil, sujeitos ao capricho, á falta de criterio, nos quaes, de preferencia, são confiadas as parochias.”¹

O agnosticismo e o anticlericalismo foram as características dessa geração de fins do século. Muitos até mesmo se declararam ateus. E, até os que se mantiveram católicos criticaram as atitudes da Igreja Católica, acreditando-a retardatária do progresso.

Tem-se, portanto, uma nítida associação, à época, entre ciência e progresso, religião e atraso:

“O Sr. Silveira Martins: - (...) A religião catholica acha-se em luta aberta com a sciencia, porque parte do principio de que a igreja não erra, e a infallibillidade do papa é dogma para todos os catholicos. (...) A constituição do Imperio, fazendo a religião catholica romana a religião do Estado, entrou em luta com a sciencia e com o progresso da sociedade.”²

A Igreja Católica não via com bons olhos a difusão dessas “novas idéias” que a tornavam um dos principais alvos de crítica. Ampliou-se o anticlericalismo e defendeu-se a dissociação entre trono e altar, o que veio a comprometer mais ainda a legitimidade do poder do Imperador.

3) A imigração

Convencidos de que a escravidão estava destinada a desaparecer, os latifundiários brasileiros, fazendeiros das áreas cafeeiras – alguns dos mais necessitados de trabalho –, a partir de 1850, tornaram-se interessados em promover a imigração e em substituir escravos por imigrantes. Isso se deveu principalmente ao aumento vertiginoso do preço do escravo, uma vez interrompido o tráfico internacional. O tráfico interno ainda ofereceu uma solução temporária, mas apenas esse e a auto-reprodução dos escravos não poderiam satisfazer a demanda imediata e a médio prazo.

O custo de manutenção dos escravos pareceu, em algumas áreas, ser o mesmo ou até mesmo exceder o nível salarial local.

O Parlamento brasileiro, atento a essa questão, discutiu largamente sobre que atitude o governo deveria tomar sobre esse assunto, que tipo de política de controle poderia ser adotada, quem arcaria com as despesas de transporte, e até mesmo sobre qual seria a melhor a origem desses imigrantes. Deveriam aceitar imigrantes chineses (mais baratos e abundantes) ou europeus? Caberia conceder-lhes a cidadania brasileira, ou não?

¹ Saldanha Marinho. **Anais da Câmara dos Deputados**, tomo VI, 18 de junho de 1879, p.132.

² Silveira Martins. **Anais da Câmara dos Deputados**, tomo VI, 6 de junho de 1879, p. 37

A opção pela imigração europeia encontrava-se também inserida no âmbito maior das “idéias novas” que nos chegavam. As idéias raciais e teorias racialistas europeias que já vinham se tornando preponderantes na Europa, aqui chegaram com força na segunda metade do século XIX.

Confrontando as teorias que reafirmavam a superioridade da raça branca e a inferioridade dos mestiços e negros, a elite brasileira – uma minoria de brancos, cercada por uma maioria de mestiços – não descobriu melhor solução do que colocar suas esperanças no processo de ‘branqueamento’. O Brasil, diziam, superaria seus problemas raciais, sua inferioridade, através da miscigenação.

Figura exemplar nesse assunto foi Silvio Romero, que fez do mestiço uma categoria intermediária na escala civilizacional. Se a miscigenação propiciou ao branco se adaptar aos trópicos, seria também no progressivo desaparecimento de índios e negros – por diferentes formas de extinção –, que, o povo mestiço, poderia chegar a constituir-se, após um certo prazo, em uma sociedade branca, como consequência da desejada e planejada imigração de europeus brancos para o Brasil.

Eis um exemplo do argumento, baseado na idéia de raça, daqueles que criticavam a imigração chinesa:

“O Sr. Felício dos Santos: - (...) O nobre presidente do conselho parece que tem assentada a idea de fornecer á grande lavoura braços asiaticos.

O Sr. Cansansão de Sinimbú (presidente do conselho): - Sim, senhor.

O Sr. Felício dos Santo: - (...) Sinto profundamente dizel-o, estou neste ponto em divergência profunda com o nobre presidente do conselho.

(...) E, Sr. Presidente, não me accuse de enthusiasmo exagerado por uma idéa; declaro a V. Ex. que, si a sorte da grande lavoura está ligada á colonisação asiatica, pereça antes a grande lavoura. Si é necessario para salva-a introduzir neste paiz a raça mais degenerada de todas as raças humanas, a mais eivada de vicios torpes, abjectos; mais incapaz de progresso, e mais corrompida e deturpada por falsas idéas radicadas por uma hereditariedade de centenas de gerações sedimentadas, eu preferia o naufragio da grande lavoura...”³

Entretanto, ao optar pela imigração europeia, surgiram, entre outros aspectos, novas necessidades. Dentre esses imigrantes, muitos não professavam a religião católica. A legislação brasileira, nessa nova situação, por sua vez, mostrava-se incapaz de inserir esse novo dado. Apesar da liberdade de culto, prevista na Constituição de 1824, os acatólicos encontravam dificuldades nas mais diversas ocasiões, em especial nos registros de casamento e de nascimento. Isso, sem falar na questão do voto – isto é, o direito de ser votado. Foi somente no desenvolvimento das discussões sobre o projeto de reforma eleitoral, instituído em 1881, que se passou a debater a questão da elegibilidade dos acatólicos:

“O Sr. Joaquim Nabuco: - (...) sim, senhores, havia necessidade de dar satisfação á consciencia nacional ultrajada pelo voto que consagra a inelegibilidade dos acatholicos (apoiados), voto que envergonha a civilisação deste paiz, o seu adiantamento moral, perante a Europa e perante o mundo (apoiados); ...”⁴

³ Felício dos Santos. *Anais da Câmara dos Deputados*, tomo IV, 27 de março de 1879, p. 244.

⁴ Joaquim Nabuco. *Anais da Câmara dos Deputados*, tomo VI, 5 de junho de 1879, p. 28.

“O Sr. Silveira Martins: - (...) Enganam-se os que dizem que os colonos não fazem questão disto. Os colonos protestantes sabem que nesta patria não existem direitos para elles iguaes aos dos outros cidadãos, e que seus filhos serão tambem desherdados.

(...)Si não há acatholicos no Brazil, porque a constituição prohibe que elles sejam eleitos?”⁵

Apesar das muitas dificuldades, a saída encontrada para o problema da necessidade de braços foi, afinal, a imigração.

4) A Lei de Terras de 1850

No século XIX, a expansão dos mercados e o desenvolvimento do capitalismo causaram uma reavaliação das políticas de terras e do trabalho, dando margem à análise da profunda relação entre a política de mão-de-obra e a política de terras.

A necessidade de regularizar a propriedade da terra – que levou à Lei de Terras de 1850 – veio de uma mudança na forma como era vista a terra. Se durante a colonização a terra era vista como patrimônio pessoal do Rei, podendo ser adquirida através de doações ou mercês, agora ela era vista como patrimônio público, patrimônio da nação, e podia ser adquirida através da compra.

A tal mudança correspondeu também uma mudança de atitude em relação ao trabalho: a escravidão e certas formas de servidão vinham sendo substituídas pelo trabalho livre. O objetivo da regularização era claro: os legisladores queriam proteger a grande propriedade monocultora exportadora, até então base da economia brasileira. Embora conscientes da necessidade da mão-de-obra imigrante como fonte de trabalho, não queriam que tais braços optassem por trabalhar em suas próprias terras, ao invés de trabalhar nas grandes propriedades já existentes.

O Brasil possuía terras em abundância, por isso, a Lei de Terras de 1850 foi uma tentativa de tornar mais difícil o acesso às mesmas, a fim de forçar os imigrantes a continuarem trabalhando nas fazendas.

5) O movimento republicano

Criado em 1870, o Partido Republicano defendia a plena liberdade de cultos, bem como a igualdade de todos os cultos perante a lei; a abolição do caráter oficial da Igreja, sua separação do Estado e emancipação do poder civil dos privilégios e encargos temporais atribuídos a membros eclesiásticos; o ensino secular separado do ensino religioso; a constituição do casamento civil, instituição do registro civil de nascimento e óbitos e a secularização dos cemitérios, cuja administração ficaria a cargo das municipalidades.

O número de membros inscritos no partido era pequeno, mas, embora não aderindo formalmente, os republicanos contavam com a simpatia de muitos que olhavam com bons olhos a provável adoção dessa forma de governo no país.

As idéias republicanas não eram novidade. No período colonial, sua bandeira fora levantada na luta em prol da emancipação política. Feita a independência, com a instituição da monarquia constitucional, essas idéias passaram a servir de oposição ao regime.

A intensa propaganda, através da imprensa, de comícios e conferências, auxiliou na propagação do programa dos republicanos. Nesse sentido, percebe-se que a propaganda política não mais se encontrava restrita às elites, indo em direção às ruas, transbordando,

⁵ Silveira Martins. *Anais da Câmara dos Deputados*, tomo VI, 6 de junho de 1879, p. 37

efetivamente, para outros grupos – os setores médios urbanos e os subalternos. Essa mudança possibilitou àqueles não comprometidos diretamente com o sistema escravista, a se empenharem na demanda da abolição e a pleitearem uma maior representação política. A opinião pública tornava-se, portanto, mais favorável a essas idéias.

6) O crescimento urbano

A economia brasileira tornou-se mais diversificada e complexa. Acompanhando esse processo, assistiu-se, em certas regiões, ao desenvolvimento mais acelerado da urbanização.

Tais transformações econômicas e sociais, se traduziram no surgimento de novos grupos ligados a atividades mercantis, às profissões liberais, à administração pública, aos meios de transporte, aos bancos, etc., cujo número de certo crescia rapidamente.

A promoção de melhoramentos urbanos, tais como o aperfeiçoamento dos sistemas de transporte e comunicação, foi inevitável. O comércio urbano ganhou novas dimensões, aquecendo igualmente o mercado interno.

Ampliou-se o público leitor, multiplicaram-se os jornais e revistas em circulação. Fundam-se associações de cultura e aumentou-se a sociabilidade.

As experiências de vida nas cidades tornavam-se muito diversas daquelas das zonas rurais, e os seus novos habitantes tornaram-se alheios, em grande medida, a muitos dos valores tradicionais típicos da camada senhorial rural.

A complexificação da sociedade brasileira dificultou, por sua vez, a caracterização dos grupos que a compunham, mas nem por isso se podia desconhecer sua existência. O comportamento desses grupos se diferenciava daquele das demais camadas sociais e seus valores já não se identificavam exatamente aos das classes tradicionais. O seu ineditismo residiu no posicionamento daqueles mesmos grupos diante dos problemas urgentes da abolição, da reforma eleitoral e, posteriormente, do advento da República.

Outro fenômeno importante foi o desenvolvimento das camadas urbanas mais pobres que, as quais, cada vez mais seduzidas pela propaganda política republicana, acabaram recrutadas para engrossar a fileira dos simpatizantes ao movimento republicano.

Os intelectuais e bacharéis optaram pelos centros urbanos mais importantes, onde o contato mais íntimo com a cultura européia e com a vida urbana os distanciava da dura realidade rural. Opunham-se, às vezes, teoricamente, à influência política das oligarquias, denunciando a opressão que estas exerciam sobre as populações rurais e urbanas. Criticavam, por vezes, o latifúndio e a escravidão.

Os novos grupos urbanos ofereceram, mais tarde, um sólido apoio para os movimentos que conduziram à abolição, à reforma eleitoral de 1881, à ampliação e qualificação do ensino e, finalmente, ao movimento republicano.

7) As divergências entre o Vale do Paraíba e o Oeste Paulista

As transformações econômicas afetaram também os grupos tradicionais. Enquanto nas zonas pioneiras os fazendeiros do Oeste Paulista introduziram em suas fazendas métodos mais aperfeiçoados de produção, substituindo o escravo pelo trabalhador livre, os fazendeiros do Vale do Paraíba - atingidos pela decadência e ruína dos cafezais cuja produtividade diminuía consideravelmente -, apegavam-se às formas mais tradicionais e ao trabalho escravo.

“A situação crítica em que se encontravam impedia-os de melhorar a produtividade. Não conseguiram acompanhar o nível salarial de outras áreas mais prósperas, por isso dificilmente conseguiam imigrantes. Apegavam-se ao trabalho escravo. Não

podiam melhorar o sistema de produção porque não dispunham de capitais e não dispunham de capitais porque era baixa a produtividade de seus cafezais.”⁶

A extinção do tráfico danificou sobremaneira esses setores que se mantinham apegados ao trabalho escravo e, em fins do século XIX, apesar de exercerem forte influência política, esses setores passaram a constituir a parcela economicamente menos dinâmica do país. Enquanto isso, os setores mais progressistas do Oeste Paulista já estavam se preparando para a utilização do trabalho livre. Continuaram apegados ao trabalho servil apenas os fazendeiros das áreas decadentes, rotineiras e impossibilitadas de evoluir para as novas formas de produção.

As contradições entre esses dois grupos – o dinâmico progressista e o tradicional mais estacionário – agravaram-se com o passar do tempo. Acentuaram-se as diferenças entre os setores mais arcaicos, incapazes de modernização, e os das áreas mais progressistas. Os fazendeiros do Oeste Paulista exigiam uma política plenamente favorável à imigração, a qual era rechaçada pelos fazendeiros das áreas mais tradicionais, que ainda dispunham de escravos.

Crescia, portanto, o descontentamento de parte dos cafeicultores paulistas, que se viam prejudicados em seus interesses e cerceados em suas iniciativas. Ademais, a província de São Paulo contribuía com a sexta parte da renda total do Império. Mesmo assim, possuía pouca representação no governo. Esse notável desequilíbrio entre o poder econômico e o poder político, monopolizado pelas elites privilegiadas pelo regime imperial em áreas que se encontravam em processo de franca decadência, começava a se fazer traumático.

Em meio a essas e outras divergências, o Oeste Novo Paulista também passou a considerar a República senão a solução ideal, ao menos uma alternativa possível para a resolução desses problemas.

8) O Poder Moderador

O Poder Moderador, advindo da Carta Constitucional de 1824, concedia ao Imperador um poder quase absoluto, lhe autorizando intervir no legislativo e no judiciário, além de poder exercer as funções do executivo, nomeando ministros que eram seus executores e demitindo-os quando assim lhe aprouvesse.

Apesar de D. Pedro II ter pouco utilizado esse poder, muitas foram as suas críticas. O direito que tinha o Imperador de dissolver a Câmara e chamar os ministros que lhe parecessem convenientes convocando novas eleições, associado aos vícios fraudulentos da prática eleitoral, denotava a idéia de que o governo nunca perdia as eleições.

Em todas as vezes que o Imperador se viu obrigado a exercitar essas suas prerrogativas – como na crise que resultou na dissolução do gabinete Zacarias –, surgiram atritos, descontentamentos e animosidade em relação a Coroa.

“Se o Imperador dissolvia a Câmara e os conservadores eram afastados do governo, moviam intensa campanha contra o Poder Pessoal. O mesmo sucedia quando os liberais eram afetados por idêntica intervenção. Se o Imperador escolhia um senador conservador, os liberais protestavam contra as “exorbitâncias” do poder pessoal, se escolhia um liberal repetia-se o quadro. Os erros dos ministros recaíam sobre o Imperador, ao contrário do que teoricamente deveria acontecer no regime monárquico parlamentar.”⁷

⁶ Emilia Viotti da Costa. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**, p.307.

⁷ Ibid, p.303.

Assim, ao invés do Poder Moderador resguardar a Coroa e dar-lhe mais força, acabava colocando-a diretamente no centro da luta política. Por fim, a excessiva centralização que caracterizava a administração imperial desgostava uma parcela significativa da opinião pública que a considerava entrave ao desenvolvimento do país e à solução de seus problemas mais urgentes, em especial os de ordem propriamente política, como a representação e os direitos dos cidadãos.

9) A Questão Militar

A fragilização das relações entre a Monarquia e o Exército remontam ao fim da Guerra do Paraguai, e se agravaram à medida que o exército buscou se institucionalizar.

Os militares sentiam-se frustrados, mal recompensados, desprestigiados pelo Governo; além de já manifestarem apoio à causa abolicionista recusando-se a perseguir os escravos fugidos. Influenciados pela idéias positivistas e republicanas, amplamente difundidas na Escola Militar, alguns jovens oficiais sentiram-se encarregados de corrigir os vícios da organização política e social do país. Uma tal imagem não era, aliás, exclusividade dos jovens oficiais de baixa patente. Oficiais mais graduados também compartilhavam dessas mesmas idéias.

É claro que seria um grande equívoco imaginar que a adesão do exército à República se deu em bloco, envolvendo toda a corporação. Mas, dadas as contradições profundas que abalavam o regime monárquico, aliadas à infiltração do pensamento positivista, a alternativa republicana pode aparecer nas fileiras militares como ideal solução para se resolver tais problemas sem por em risco a sempre cuidada unidade nacional.

Metodologia

A pesquisa à qual me encontro vinculada se dedicou a analisar os *Anais da Câmara dos Deputados*, material pertencente ao acervo da Fundação Casa de Rui Barbosa. O ano de 1879 foi escolhido por ser o primeiro da atuação de Joaquim Nabuco como parlamentar. Ademais, nesse ano, encontrava-se no Parlamento o gabinete de Cansansão de Sinimbu, o primeiro gabinete de situação liberal desde a crise política que resultara na dissolução do gabinete Zacarias.

Trabalhar com discursos políticos, para o historiador, é sempre uma tarefa difícil e problemática[4]. Os textos teóricos – indicados pelo orientador –, além de facilitar a leitura das fontes, nos permitiram um maior conhecimento sobre o contexto histórico no qual estão inseridos, possibilitam-nos a uma análise mais atenta e cuidadosa.

O tomo que me coube examinar refere-se ao período de 3 de junho a 2 de julho, e o centro dos debates dessa época foi o projeto de reforma eleitoral. É interessante notar que muitos dos discursos encontravam-se profundamente relacionados a questões anteriormente analisadas. As discussões sobre a reforma eleitoral não escaparam dessa ligação pois, a despeito do objetivo inicial que a movia, a moralização do sistema eleitoral, livrando-o das fraudes, instituindo o voto direto e eliminando o sistema de dois graus – medidas todas essas tão reclamadas pela sociedade –, acabou por suscitar outros debates pertinentes à realidade da época. Afinal, decidido o modo pelo qual se daria a eleição e o voto, precisava-se também decidir quem teria direito de exercê-los.

Deveria haver censo? Poderiam votar os analfabetos? As respostas encontradas, diminuindo ou não o colégio eleitoral, configuraram uma audaciosa tentativa por parte desses políticos de melhorar e qualificar a representação.

A questão da elegibilidade dos acatólicos surgiu também nesse contexto, bem como a reivindicação, por parte de alguns políticos, da instituição definitiva do Estado laico. O

casamento e o registro civil, assim como a administração dos cemitérios, entraram em questão, todas essas atividades até então exercidas somente pela Igreja. Paralelamente, tinha-se a questão da naturalização ou não dos imigrantes e a concessão ou não a eles dos privilégios da cidadania.

A questão dos libertos também entrou na pauta: uma vez que se tornavam indivíduos dotados de liberdade, fato que os distinguiu dos escravos, questionava-se o motivo de ainda não lhes conceder o direito de voto.

A discussão desses muitos assuntos mostra-nos a preocupação que esses parlamentares tinham acerca do tipo de cidadão que o país deveria aceitar. Independentemente da diferença de seus projetos políticos, esses homens públicos buscaram convergir, principalmente, em direção a um só ideal: o da inscrição do Brasil no rol das nações civilizadas.

Conclusões

Como demonstrado, as transformações ocorridas na segunda metade do século XIX corroeram as bases de sustentação da Monarquia.

As últimas investidas do governo constituíram tentativas desesperadas de adoção de programas com o objetivo de neutralizar as muitas críticas e insatisfações. Sabia-se que era necessário reformar-se para manter-se no poder.

Medidas que pareceriam insuficientes para alguns, a outros assustariam por soarem demasiado radicais. A Câmara recuava diante de muitas delas. Tal fato apenas denunciou a incapacidade da oligarquia dominante em aceitar mudanças, ciente de que, levadas às últimas conseqüências, tais reformas atingiriam suas próprias bases de domínio.

As agitações que se sucederam no país, instigadas primeiramente pelo movimento abolicionista e, depois, pela propaganda republicana, provocaram nos meios monarquistas sérias apreensões quanto aos destinos do regime imperial. Contudo, o império não conseguiu oferecer qualquer resistência: vivia-se o “apagar das luzes” da monarquia no Brasil.

Notas:

[1] Para maiores informações sobre a questão da escravidão no Brasil, ver o capítulo “O Encaminhamento Político da Escravidão no Império” da obra **História Geral da Civilização Brasileira**, de Sérgio Buarque de Holanda.

[2] A aprovação no Parlamento inglês, em 1845, do *Bill Aberdeen* foi um dos exemplos dessa política agressiva.

[3] No Brasil, em 1876, é fundada uma associação positivista, contando com membros como Benjamin Constant, Miguel Lemos e Raimundo Teixeira Mendes.

[4] Para um melhor aprofundamento dessa questão, veja-se o livro **Linguagens do ideário político**, de Pocock.

Referências bibliográficas

Suporte teórico:

- 1 - CÂNDIDO, Antônio. **O método crítico de Sílvio Romero**. São Paulo: Edusp, 1988.
- 2 - COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1979.
- 3 - HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O Encaminhamento Político do Problema da Escravidão no Império.” In: HOLANDA (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. 3º Volume. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil – DIFEL, 1987.
- 4 - MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A República Consentida**. RJ: FGV, 2007.
- 5 - PAMPLONA, Marco Antonio. “Ambigüidades do pensamento latino-americano: intelectuais e a idéia de nação na Argentina e no Brasil”. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 2003, n. 32.
- 6 - POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo, Edusp, 2003.

Fonte primária

- 1 – **Anais da Câmara dos Deputados de 1879**.